

O PAR nos sistemas educativos municipais do Espírito Santo: possibilidades e contradições

BASTOS, Roberta Freire

bastosrobertafreire@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Espírito Santo/CAPES

Resumo: Este trabalho faz parte da pesquisa “Gestão das políticas educacionais no Espírito Santo e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do PAR”. O objetivo é auxiliar o desenvolvimento da pesquisa nacional mediante a realização de entrevistas com os técnicos de educação dos municípios participantes da amostra e análise da parceria técnico-financeira entre os sistemas educativos municipais e o MEC/FNDE. Os municípios capixabas participantes da amostra são: Água Doce do Norte, Irupi, Vila Velha e Vitória. Pretende-se analisar os impactos técnico-financeiros trazidos pelo impacto da implantação nos referidos municípios do Plano de Ações Articuladas (PAR), um instrumento de planejamento concebido pelo governo federal e desenvolvido no âmbito de estados e municípios. A revisão de literatura no campo das políticas educacionais e do planejamento educacional e os dados analisados permitem constatar diversas tensões e limites ao desenvolvimento do PAR, ao mesmo tempo em que apontam perspectivas de sucesso e viabilidade da gestão das políticas públicas.

Palavras-chave: Des/centralização. Políticas educacionais. PAR.

Introdução

Este trabalho trata de resultados parciais da pesquisa “Gestão das políticas educacionais no Espírito Santo e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas (PAR)” financiada pelo CNPq (conclusão em dezembro/2013) e pela FAPES (conclusão em dezembro/2014).

Na primeira etapa da pesquisa foi realizada a revisão bibliográfica no campo das Ciências Sociais e Humanas. Em seguida foram efetuados estudos e levantamento de documentos dos municípios participantes da amostra para conhecer a implantação e execução do PAR. Mediante o conhecimento da situação da implantação e da execução do PAR nos municípios da amostra, a meta deste trabalho é apontar as contradições na implantação de uma mesma política nacional em municípios que pertencem a um mesmo estado. A partir da década de 1990, o governo brasileiro assume uma nova configuração ao optar por uma administração compartilhada entre seus entes, ao mesmo tempo em que a União exerce papel centralizador, o que caracteriza o novo arranjo federalista.

A configuração do Estado federativo brasileiro caracteriza-se pelo arranjo cooperativo, o que proporciona ao governo e às esferas locais independência, autonomia e gestão de seus próprios recursos e políticas públicas. Existem, portanto, muitas variáveis a serem analisadas na implantação de uma política educacional num país como o Brasil, organizado de forma federativa. A análise dos impactos do PAR nos sistemas educativos municipais do estado do Espírito Santo deve considerar a relativa autonomia das redes municipais de ensino, além de suas diversidades sócio-econômicas, culturais, políticas, geográficas e demográficas, o que pressupõe diferentes implicações desse Programa em cada um dos entes analisados.

Os municípios capixabas foram divididos em dois grandes grupos. Um grupo composto por municípios com grande extensão geográfica (ou de grande porte) e o outro grupo ficaramos municípios com pequena extensão geográfica (ou de pequeno porte). Por meio de sorteio, foram selecionados dois municípios de grande porte (Vila Velha e Vitória). Um deles apresentou continuidade na política local durante a elaboração do PAR, isto é, os prefeitos foram reeleitos em 2008, e o outro apresentou descontinuidade. Do grupo de municípios de pequeno porte, também foram sorteados dois (Água Doce do Norte, Irupi). Um município apresentou continuidade na política local durante a elaboração do PAR e outro, descontinuidade. Selecionados os quatro municípios, dois deles apresentaram IDEB de acordo com média nacional e dois abaixo da média nacional.

O município de Água Doce do Norte é de pequeno porte, possuía IDEB abaixo da média nacional e continuidade política no período de elaboração do PAR. O município de Irupi também é de pequeno porte e possuía IDEB abaixo da média nacional, porém, apresentou descontinuidade no período de elaboração do PAR. Os municípios de Vila Velha e Vitória são de grande porte e possuíam IDEB de acordo com a média nacional. O município de Vila Velha caracterizou-se pela descontinuidade política e o município de Vitória pela continuidade, isto é, o mesmo prefeito administrou o município de 2004 a 2012.

Este estudo analisa a configuração da política educacional brasileira desenvolvida em um Estado federalista cooperativo que, há duas décadas deveria procurar realizações em regime de colaboração entre os entes federados. No entanto, este Estado apresenta deficiências no exercício do planejamento sistêmico e na articulação das políticas centralizadas e descentralizadas, que visam à melhoria da qualidade da educação e à prestação de assistência técnica e financeira. O objetivo deste texto é analisar a dinâmica das secretarias municipais de educação na gestão do PAR. Para tanto, serão analisados dados de entrevistas coletados nos municípios participantes da amostra, os quais possuem diferentes características

políticas, econômicas, culturais, geográficas e administrativas. Cabe ressaltar que o PAR foi lançado pelo governo federal em abril de 2007, com a finalidade de prestar assistência técnica e financeira aos estados, municípios e Distrito Federal.

Os elementos analisados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica articulada à análise documental e com entrevistas realizadas com técnicos de educação responsáveis pela coordenação do PAR, secretários de educação e pedagogos que atuam nos municípios da amostra.

Aspectos teóricos e a gestão técnico-financeira do PAR

O Estado brasileiro caracteriza-se por um arranjo federalista cooperativo, que, segundo Cury (2006) busca um equilíbrio de poderes entre a União e os Estados membros, estabelecendo laços de colaboração na distribuição das múltiplas competências por meio de atividades planejadas e articuladas entre si, objetivando fins comuns (CURY, 2006).

Apesar da configuração federalista cooperativa do Estado brasileiro, estudos apontam para a fragilidade da articulação entre os entes federados e a pouca experiência na prática de planejamento das ações. As políticas educacionais desenvolvidas no contexto da década de 1990 caracterizaram-se pelo estabelecimento de convênios efêmeros entre a União e estados, municípios e Distrito Federal. Esse modelo de políticas educacionais materializa-se pela elaboração de projetos pelos governos locais, de acordo com suas necessidades, e seu envio para a União, que aprova ou não determinado projeto e insere as unidades federativas em seus programas por meio da assinatura de contratos e estabelecimento de convênios previamente determinados.

No segundo mandato do governo Lula da Silva, foi lançado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação por meio Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, por meio do qual, estados, municípios e distrito federal foram convidados a aderir a esse plano mediante sua assinatura e elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR).

O PAR, como um instrumento de planejamento multidimensional criado no bojo do PDE apresenta desde a sua elaboração a idéia de responsabilização, uma vez que, cria mecanismos para que as escolas e os dirigentes dos sistemas (secretários, prefeitos e governadores) se sintam responsáveis pelo desempenho e assumam a prestação de contas pelos serviços prestados.

Para entender a perspectiva política contida no PAR faz-se necessário investigar a política educacional do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas

Compromisso Todos Pela Educação. Camini (2009) evidencia a contraritoriedade existente nessa política que, ao mesmo tempo em que delega autonomia e responsabilização às unidades federativas, confere ingerência e permeabilidade político-administrativas de uma instância sobre a outra. Contribuí, assim, para o processo de homogeneização da gestão, aplicando-se padrões nacionais generalizados através de programas disseminados em todo o país, obedecendo a normas fixas e, dessa forma, desconsiderando a enorme diversidade regional, estadual e municipal. Diante desse contexto de rupturas e permanências, o PAR é lançado como um instrumento de planejamento sistêmico que visa dirimir a realização de convênios transitórios e substituí-los por um plano de metas concretos e efetivos que serão elaboradas a partir de um diagnóstico das necessidades locais.

A assistência técnica se dá por meio do provimento dos programas e a assistência financeira é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A realização do PAR inicia-se a partir de um planejamento concebido pela União de forma centralizada e materializa-se em âmbito local de forma descentralizada. Camini (2009) caracteriza o mecanismo presente no PAR como uma forma de democracia induzida ou consentida, pois há o envolvimento dos municípios e estados numa política nacional baseada em diretrizes já estabelecidas.

Uma das bases de sustentação do PDE e, concomitantemente do PAR, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) também reforça a noção de responsabilização transferida aos municípios e estados ao “medir” a qualidade da educação ofertada por esses sistemas. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do ou e em taxas de aprovação (MEC, 2007).

Tema de debates permanentes entre educadores, a tensão poder central/poder local é destaque também na análise e na discussão a respeito do PAR. De acordo com Vieira (2011), ao responsabilizar-se pela definição de políticas de educação, pela avaliação dos sistemas educacionais e pela manutenção de seu próprio sistema de ensino, a União promove uma “descentralização que vem do centro”. A análise dessa tensão centralização/descentralização é intrínseca à investigação dos impactos técnicos e financeiros do PAR no âmbito dos municípios, que será feita a seguir.

O PAR nos sistemas educativos municipais do Espírito Santo

Esta seção do texto se propõe a investigar, por meio da análise de documentos e entrevistas, a parceria técnica e financeira entre os sistemas educativos e o MEC/FNDE e a forma com que a configuração da dinâmica do poder local e a relação poder local/poder central implicam na gestão das políticas educacionais. As entrevistas foram realizadas com a finalidade de investigar os limites e as possibilidades que há na parceria técnico-financeira entre os sistemas educativos municipais e o MEC/FNDE. Ademais, questionaram-se quais programas e ações estão contidos no PAR de cada município da amostra e seus mecanismos de financiamento. A parceria técnica será explorada por meio da análise das relações pessoais e virtuais entre técnicos e secretários de educação municipais e técnicos do MEC/FNDE no processo de desenvolvimento do PAR.

A primeira entrevista foi realizada no município de Irupi, na Secretaria Municipal de Educação. Questionada sobre o financiamento do PAR, a técnica de educação afirma que a Secretaria de Educação não tem acesso às finanças, pois elas são administradas pela Secretaria de Convênios. Sobre os recursos recebidos via PAR, ela afirma que “os recursos são recebidos pela escola, não pela Secretaria (ERLACHER, 2011)”. Sobre a comunicação com o FNDE, ela relata que há dificuldade de contato com essa autarquia, a comunicação que existe é por meio do preenchimento do SIMEC *on-line*. “Mas com a Secretaria de Estado da Educação (SEDU), a comunicação é mais direta, pois “acontece reunião sempre com o pessoal da SEDU” (ERLACHER, 2011)”. Ela se queixa também da falta de tempo para concluir os projetos, pois além do PAR, eles “têm carga horária pra cumprir (ERLACHER, 2011).” A entrevistada afirma que quando há algum problema ou dúvida em relação ao PAR, às vezes entra em contato com a SEDU, como no caso do PDEscola.

A segunda entrevista ocorreu na Secretaria Municipal de Educação de Vitória, com uma especialista educacional que monitora as ações do SIMEC. Em conjunto com outro funcionário da Secretaria, a assistente educacional convoca as equipes de acordo com as áreas de atuação do PAR, a fim de discutir o diagnóstico, realizado por diretores de escola e um representante de cada setor da SEME. O diagnóstico é feito com a plataforma *online* do SIMEC aberta. Seu preenchimento é feito em conformidade com o debate. O diagnóstico do PAR 2011-2014, segundo a profissional entrevistada, está pronto e o PAR está em execução, em articulação com o PPA, cujas ações coincidem entre si. A integração entre o município de Vitória e o MEC/FNDE é feita por meio de comunicação com funcionários do FNDE. A entrevistada relata que “houve melhoria na estrutura do MEC e há mais clareza, mais

entendimento. Mas ainda há falhas por parte das escolas, que, nem sempre, participam do que está a seu dispor, e precisam usufruir o que é oferecido (GUIMARÃES, 2011).”

O terceiro grupo com o qual dialogamos faz parte da equipe do município de Água Doce do Norte. O monitoramento das ações do PAR acontece de seis em seis meses, nos meses de julho e dezembro. Segundo as técnicas de educação entrevistadas, uma equipe local foi preparada pelo MEC e gerenciou a formação para coordenadores do PAR de diferentes núcleos, microrregiões. A coordenadora do PAR do município de Água Doce do Norte participou da reunião destinada à microrregião de Barra de São Francisco. Questionada sobre a elaboração do diagnóstico do PAR 2011-2014, a respondente afirmou que em 2011 foi feito um novo diagnóstico, a partir de uma nova portaria e com a participação de outros membros. A equipe que fez o diagnóstico do PAR foi composta por professores, diretores de escola, presidente do Ministério Público, representantes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal e da comunidade.

As entrevistadas fazem uma queixa semelhante ao depoimento da técnica de educação de Irupi a respeito da sobrecarga de trabalho dos técnicos responsáveis pelo PAR. Elas afirmam que “o coordenador do PAR coordena muitas outras coisas além do PAR”. Elas se queixam também da ausência de uma proposta pedagógica municipal. E afirmam que a construção de uma proposta pedagógica “é uma batalha, já que os profissionais são pouco capacitados (GUEDES, 2012).” A frágil capacidade técnica apontada pelas respondentes apresenta conformidade com os resultados das pesquisas sobre o PAR realizadas por Ferreira e Fonseca (2011). As autoras afirmam que:

Muitas equipes dos sistemas municipais de educação, convocadas para elaborar o PAR, apresentaram dificuldades em diagnosticar seus problemas, dando a perceber que a complexidade e a abrangência das questões educacionais dispostas no instrumento dificultaram a identificação dos problemas (FERREIRA; FONSECA, 2011, p.20).

As últimas entrevistas foram realizadas com representantes do município de Vila Velha, em dois momentos distintos. A primeira entrevista ocorreu com o técnico de educação e coordenador de Programas e Projetos Especiais da Secretaria de Educação. Suas principais contribuições se encontram nas informações e na discussão a respeito do planejamento da Secretaria. Ele afirma que: “as mudanças na gestão (*política*) influem no planejamento educacional do município (MOREIRA, 2012).” Ou seja, as mudanças derivadas de trocas no

quadro político do município (prefeitos, vereadores, assessores, secretários, etc.) rompem com as práticas de planejamento educacional que, iniciadas em uma administração, não são desenvolvidas pelos gestores que assumem posteriormente.

Seu depoimento confirma a hipótese dessa pesquisa a respeito da prejudicial descontinuidade das políticas para a execução do PAR, já que, com a mudança de governantes ou de partidos políticos no poder, a equipe educacional é substituída por outra, de acordo com as determinações políticas. A equipe que se afasta leva consigo a experiência e o conhecimento sobre o PAR, dando lugar a funcionários que desconhecem esse processo. Em relação à elaboração do PAR, o entrevistado afirma que: "A Secretária de Educação ou a técnica responsável pelo PAR entram em contato com o setor de programas e projetos especiais para responder ao sistema, mas não há um contato no cotidiano (MOREIRA, 2012)".

A segunda entrevista com um representante de Vila Velha e última desse trabalho realizou-se na Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha com o chefe de gabinete e consultor responsável pelo PAR. Segundo ele, "não há um controle sobre as ações que estão sendo executadas pelo PAR. Não tem um monitoramento sistemático das ações, que são executadas de acordo com a demanda. (NOGUEIRA, 2012)". No que diz respeito à assistência técnica, a entrevistada afirma que "acontece por meio de formações, parcerias com instituições de ensino superior públicas, que oferecem cursos à distância, mas há repasse financeiro." Os recursos recebidos por meio do PAR são apenas para construções ou reformas, até porque, segundo o consultor, "o MEC financia o que tem dinheiro para financiar (NOGUEIRA, 2012)".

Quanto à integração com a União, ele afirma que há "assistência e contato direto com o MEC, devido à participação do município no GT 'Grandes Cidades', apesar de o técnico em assuntos educacionais do município não ir ao MEC (NOGUEIRA, 2012)". "A articulação com a SEDU "é muito boa" e acontece por meio de reuniões com os pólos (NOGUEIRA, 2012)". A SEDU viabiliza também apoio financeiro por meio de convênios. Em caso de dúvidas, recorre-se ao MEC ou à SEDU. Na SEDU são bem atendidos, pois conhecem a equipe. Em relação à relevância do PAR, o entrevistado reafirma a importância do planejamento em nível de Secretaria: "O PAR é importante, desde que a Secretaria tenha um planejamento operacional das ações do PAR. É importante devido à possibilidade de articulação entre União, estados e municípios (NOGUEIRA, 2012)".

Observações finais

A revisão de literatura no campo das políticas educacionais e do planejamento educacional permite inferir que há diversas tensões na concepção e na execução de um planejamento sistêmico originado centralmente e concretizado em nível local. A exigüidade do tempo para o diagnóstico das ações, mencionada por Ferreira e Fonseca (2011), aparece nos relatos também em relação à realização das ações, confirmando a gestão do PAR como o cumprimento de uma obrigação entre tantas outras. Essa prática evidencia a necessidade de estreitamento dos laços colaborativos entre União, estados e municípios e de assistência constante no desenvolvimento do PAR municipal.

Os dados coletados no município Irupi apontam que a Secretaria de Municipal de Educação não é ordenadora de despesas e não tem conhecimento do que é gasto com o PAR. Além da inexpressiva participação na gestão das finanças da educação municipal, os técnicos de educação não contam com um efetivo apoio do MEC/FNDE, pois o contato restringe-se ao acesso ao SIMEC. Esse quadro afeta diretamente o desdobramento do PAR, pois a capacidade técnica da equipe municipal pode melhorar qualitativamente se houver formação, assistência e maior contato com MEC/FNDE na solução de dúvidas e no trabalho articulado, melhorando, conseqüentemente, o PAR municipal. Embora o PAR seja um programa criado no âmbito federal, é com a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) que o município de Irupi possui comunicação mais direta para tratar questões relativas ao Programa. Essa prática revela que a SEDU procura cumprir o papel de articuladora das políticas no âmbito do estado, principalmente com aqueles municípios que não constituíram seu sistema municipal de educação.

No município de Vitória, nota-se maior organização e competência técnica para elaborar, implantar e monitorar as ações do PAR, pois o município conta com uma equipe maior e melhor preparada tecnicamente. A relação entre o seu sistema educativo e o MEC/FNDE é bem próxima e a comunicação é prática, pois o município faz parte do “GT Grandes Cidades” do PAR, grupo composto por grandes cidades, a maior partedeelas compõe as regiões metropolitanas do Brasil. A participação nesse seleto grupo facilita a parceria com o MEC/FNDE, mas a técnica de educação afirma que não é muito comum recorrer ao FNDE, mesmo que seja fácil. Isso se deve, à grande autonomia municipal em relação à União no que diz respeito ao planejamento das ações educacionais. Ademais, pode-se inferir que o fato de constituir um sistema municipal de educação, Vitória garante maior autonomia em suas políticas.

As entrevistas realizadas com as técnicas de educação de Água Doce do Norte revelam as dificuldades em executar um instrumento como o PAR devido a questões técnicas, administrativas e organizacionais do município. O FNDE não é apontado como um protagonista nesse processo, pois o contato com essa autarquia para solução de dúvidas e solicitação de apoio técnico não consta nos relatos das respondentes. Infere-se, portanto, que, embora as dificuldades sejam muitas, a parceria entre o município de Água Doce do Norte e o MEC/FNDE é pouco expressiva ao desenvolvimento do PAR municipal. O último município investigado, o município de Vila Velha, apresenta facilidade de contato com o MEC/FNDE, pois faz parte do GT “Grandes Cidades”. Entretanto, o técnico responsável pelo PAR não vai à sede do MEC, em Brasília. O contato acontece por telefone ou por meios virtuais. O que se mostra relevante nos apontamentos desse técnico educacional é a ciência de que em caso de dúvidas, pode-se recorrer ao MEC/FNDE e à SEDU, pois serão auxiliados.

Os dados revelam a contradição existente entre os impactos de um planejamento sistêmico em municípios de um mesmo estado. A realização das ações previstas no PAR e a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica dependem de diversas competências políticas, técnicas e financeiras, além da responsabilização local pela gestão das políticas educacionais. A organicidade e o sucesso das ações do PAR necessitam, portanto, de uma real e eficaz parceria entre os entes federados, os agentes educacionais, os atores sociais e os órgãos prestadores de assistência técnica e financeira (MEC/FNDE), no que concerne a uma maior democratização dos recursos financeiros por parte da União e, a uma gestão autônoma do financiamento dos recursos financeiros pertencentes à educação pelas secretarias municipais de educação no interior do poder municipal.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: *texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 30 de junho de 2012.

_____. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Escola. PDE interativo*. Disponível em: http://pdeescola.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=37&Itemid=56. Acesso em 01 de julho de 2012.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. *Plano de Desenvolvimento da Educação*. Acesso em 01 de julho de 2012.

CAMINI, Lúcia. **Gestão Educacional e a relação entre Entes Federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** 294f. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Federalismo político e educacional.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Políticas públicas e gestão da educação. Brasília: Líber Livro, 2006.

ERLACHER, VANESSA. **Entrevista I.** [nov. 2011]. Entrevistadores: Eliza Bartolozzi Ferreira, Maria Silvia Lima Silva Triani, Roberta Freire Bastos. Irupi, 2011. A entrevista na íntegra encontra-se no relatório de pesquisa.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília - **O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais.** 2011. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p69>. Acesso em 01 de julho de 2012.

GUEDES, Virgínia. **Entrevista III.** [mai. 2012]. Entrevistadores: Eliza Bartolozzi Ferreira, Daniel Henrique Ferreira, Maria Silvia Lima Silva Triani, Roberta Freire Bastos. Vitória, 2012. A entrevista na íntegra encontra-se no relatório de pesquisa.

GUIMARÃES, FÁTIMA. **Entrevista II.** [dez. 2011]. Entrevistadores: Eliza Bartolozzi Ferreira, Daniel Henrique Ferreira, Maria Silvia Lima Silva Triani, Roberta Freire Bastos. Vitória, 2011. A entrevista na íntegra encontra-se no relatório de pesquisa.

MOREIRA, MARCOS. **Entrevista IV.** [mai. 2012]. Entrevistadores: Eliza Bartolozzi Ferreira, Daniel Henrique Ferreira, Maria Silvia Lima Silva Triani, Roberta Freire Bastos. Vila Velha, 2012. A entrevista na íntegra encontra-se no relatório de pesquisa.

NOGUEIRA, RODOLFO. **Entrevista V.** [jun. 2012]. Eliza Bartolozzi Ferreira, Daniel Henrique Ferreira, Maria Silvia Lima Silva Triani, Roberta Freire Bastos. Vitória, 2012. A entrevista na íntegra encontra-se no relatório de pesquisa.

SOUSA, Bartolomeu José Ribeiro de. **O Planejamento de Ações Articuladas (PAR) como instrumento de planejamento: o que há de novo?**. 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e o 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. ANPAE, 2011. São Paulo. p.1-10.

VIEIRA, Sofia Lerche. Poder local e educação no Brasil dimensões e tensões. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v.27, n.1, p. 123-133, jan./abr. 2011.